



PROGRAMA
INTERUNIVERSITARIO
de
HISTORIA POLÍTICA

Belicosas fronteiras

*contribuições recentes sobre política, economia e
escravidão em sociedades americanas (século XIX)*

Jonas M. Vargas
(Org.)

φ editora fi

Diagramação e capa: Lucas Fontella Margoni

Arte da capa: Batalla de Tuyutí, por Cándido López

A regra ortográfica usada foi prerrogativa de cada autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi
estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

SÉRIE FRONTEIRAS E IDENTIDADES - 3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

VARGAS, Jonas M. (Org.).

Belicosas fronteira: contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX) [recurso eletrônico] / Jonas M. Vargas (Org.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

408 p.

ISBN - 978-85-5696-130-3

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História. 2. Política. 3. Fronteiras. 4. Economia. 5. Escravidão. 6. Política. I. Título.

CDD-906

Índices para catálogo sistemático:

1. História da sociedade 906

OS NEGÓCIOS NESTE REINO EXIGEM ATENÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA PROVÍNCIA CISPLATINA (1821-1824)

Murillo Dias Winter

“La marcha de los negocios en este reino exige la más escrupulosa atención”, foi dessa maneira, referenciando-se ao Brasil, que o jornal *El Pacífico Oriental de Montevideo* noticiou os eventos que agitavam o restante da América portuguesa e a iminente possibilidade de ruptura com Portugal.¹ Era 9 de fevereiro de 1822. Os debates nas Cortes de Lisboa eram cada vez mais acirrados, grupos pegavam em armas nas províncias do norte e o projeto independentista ganhava força no Rio de Janeiro e províncias aliadas. O dissenso também repercutiu ao sul do continente, no domínio luso mais recente: a província Cisplatina, onde a população convivia com conflitos, mudanças de governo e soberania há mais de uma década. O objetivo deste trabalho é analisar o processo de independência do Brasil na província Cisplatina. Partindo de um espaço onde se imbricavam os processos de crise dos impérios ultramarinos português e espanhol, valoriza-se, sobretudo, as diferentes alternativas de futuro, os projetos políticos que foram gestados e os conflitos abertos diante da independência brasileira.

Diante disso, destaco, na Cisplatina, as diversas maneiras na qual Portugal e o continente americano são apresentados pelos atores locais. Para tanto, o trabalho foi dividido em quatro partes. Na primeira, discuto como a Revolução do Porto, enquanto tencionava o restante da América portuguesa, ofereceu uma série de argumentos que legitimaram a criação da província Cisplatina. Na segunda parte, analiso como os militares portugueses e a administração de Montevideu lidaram com as transformações na política lusitana. As duas últimas são voltadas para a independência

¹ *Pacífico Oriental de Montevideu*. Montevideu, nº08, 09 de fevereiro de 1822

brasileira, tratando dos temores da ruptura com Portugal e os conflitos por ela desencadeados, respectivamente.

A Revolução do Porto e a criação da província Cisplatina

Em agosto de 1816, sob o comando do Tenente-General Carlos Frederico Lecor (1764-1836), cerca de 12.000 soldados luso-americanos invadiram o território da Banda Oriental. Em 20 de janeiro de 1817, por meio de acordos secretos, a cidade de Montevideu capitulava sem a necessidade de batalha, firmando um pacto entre os portugueses e a classe dirigente da cidade. A ação lusitana, baseada nos argumentos da conformação de suas possessões americanas a partir das “fronteiras naturais” e a necessidade de pacificação da região, também serviu para facilitar o acesso aos rebanhos de gado da região, barrar a cooptação de escravos para lutar com Artigas e para a retomada do comércio da elite mercantil de Montevideu com praças luso-americanas, estabelecidos desde a fundação da cidade.² Nos anos seguintes a invasão, Lecor buscava consolidar a dominação lusitana e ampliar a sua rede de relações. Para tanto, entre as estratégias do plenipotenciário português na região estavam a realização de saraus, a nomeação de lideranças locais para cargos públicos, a distribuição de títulos nobiliárquicos, a partilha das terras pertencentes aos espanhóis e o casamento de oficiais lusitanos, inclusive ele próprio, em 1818, com mulheres de famílias proeminentes da sociedade montevideana.³

² ALADRÉN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra a formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. Tese de Doutorado – UFF, Niterói, 2012. pp. 253-301; OSÓRIO, Helen. A Revolução artiguista e o Rio Grande do Sul: alguns entrelaçamentos. *Cadernos CHDD. Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e documentação Diplomática*, Brasília, número especial, 2007. pp. 3-32; OLIVEIRA, C. H. L. S. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: Edusf/Ícone, 1999 p. 87-88 e PRADO, Fabrício. *In the shadows of Empires. Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Rio de la Plata*. Thesis (Doctor of Philosophy in History) – Faculty of the Graduate School of Emory University, Atlanta, 2009. pp. 83-164.

³ Carta de Lecor para D. João VI, 18 de setembro de 1817; Carta de Lecor para D. João VI, 20 de julho de 1817. Carta de Lecor para D. João VI, 20 de novembro de 1818. *Anais do Itamaraty. Vol. VI (II - Coleção Cisplatina)*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1942.

Coube também a ocupação portuguesa, a difícil tarefa de recuperar a economia.⁴ Desse modo, pensava Lecor, que a dominação lusitana assentaria suas bases, afinal, como destacou para D. João: “a estagnação do comércio, e a obstrução da Campanha tem feito que os habitantes dela, e os proprietários das Estâncias desejam ver concluídas as operações mesmo a nosso favor.”⁵ O que de fato aconteceria em 1820 com a dupla derrota de José Gervásio Artigas (1764-1850), em 22 de janeiro para as tropas lusitanas e 24 de junho para seu antigo aliado, Francisco Ramirez (1786-1821).

Ano que também marcaria a eclosão do movimento Vintista em Portugal. Com a convocação das Cortes de Lisboa para o retorno da Corte Bragantina a Europa, Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), ministro dos Negócios Estrangeiros e Guerra, em abril de 1821, antes de regressar para Portugal, orientou Lecor a organizar um congresso soberano no qual a população oriental decidiria sobre o seu futuro. Ficaria a cargo dos representantes locais decidir por se ligar em definitivo ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, aderir a alguma das províncias vizinhas ou constituir-se como um Estado independente. Silvestre Pinheiro acreditava que a alternativa escolhida era a da independência. Por conseguinte, gradualmente as tropas lusitanas se retirariam da região, os Voluntários Reais retornariam à Europa e os limites do novo Estado com os territórios portugueses na América seriam desenhados.

O Congresso Cisplatino se reuniu entre os dias 15 de julho e 8 de agosto de 1821. Como principal resolução, definiu-se que a região passaria a ser oficialmente parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sob o nome de Estado Cisplatino.⁶

⁴ALONSO, Rosa. Et Al. *La oligarquía oriental en la Cisplatina*. Montevideu: Pueblos Unidos, 1970. p. 61. FERREIRA, Fábio. *O general Lecor, os Voluntários Reais, e os conflitos pela independência do Brasil*. Tese de Doutorado – UFF, Niterói, 2012. p. 88.

⁵ Carta de Lecor para D. João VI, 26 de setembro de 1817. *Anais... Op. Cit.* p. 26

⁶ Os limites territoriais da Província Cisplatina, diferentes da Banda Oriental e da República Oriental do Uruguai, foram estabelecidos no segundo item do Congresso Cisplatino: o Rio Quaraí ao norte e a Lagoa Mirim e o Chuí ao sul: PIVEL DEVOTO, Juan E. *El Congreso Cisplatino (1821). Repertorio documental, selecionado y precedido de un análisis*. Montevideu: El siglo ilustrado, 1937.p. 200.

Entre os argumentos favoráveis à anexação estava a crença na incapacidade da região em se estabelecer como um Estado independente e os conflitos intermitentes em todo antigo Vice-Reino do Rio da Prata.⁷ Também foi decidido que a incorporação teria algumas regras a serem respeitadas: o idioma espanhol, além de leis e costumes em prática, desde que compatíveis com a Constituição lusitana, seriam mantidos. Assim como a posse de boa parte dos cargos burocráticos permaneceria com os habitantes locais e os homens recrutados na Cisplatina apenas poderiam prestar serviços militares na própria região. No dia 31 de julho, foi celebrado oficialmente o pacto de anexação.

Criticado por Buenos Aires, Espanha e até por parte do alto escalão do governo Português, o resultado do Congresso Cisplatino foi amplamente defendido pela incipiente imprensa local. Com a liberdade de Imprensa promulgada pelas Cortes de Lisboa, em 12 de julho de 1821, diversos jornais foram criados na Cisplatina.⁸ O argumento em defesa da Cisplatina foi uníssono durante os primeiros anos de circulação destes periódicos. Entre as principais alegações estavam a mesma de ocupação de cinco anos antes, a necessidade de pacificação da região e a atuação de Artigas. Um exemplo pode ser visto na edição de número dois do *Pacífico Oriental de Montevideo*, publicada em 29 de dezembro de 1821. A Cisplatina era descrita como “un inmenso campo de cadáveres” e por “desgracias suscitadas las guerras civiles, se creyó necesario la ocupación de este territorio. Assim, esse momento de agitações, destruição do campo e de “incalculables contrastes, males y

⁷ Ata do Congresso Cisplatino, 18 de julho de 1821. Discurso de Francisco Llambí, folha 09. In: PIVEL DEVOTO, Juan E. *El Congreso...Op. Cit.* p. 196.

⁸ Antes da Liberdade de imprensa, a região teve apenas seis periódicos e nunca mais de um circulando ao mesmo tempo. Durante toda a existência da província Cisplatina (1821-1828) vinte jornais foram criados. Ver: GONZÁLEZ, Wilson Demuro. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental, entre el final de la dominación española y la independencia (1814-1825)*. Tesis en Maestría en Historia rioplatense. Universidad de la República, FHCE: Montevideo, 2013 p.118; WINTER, Murillo Dias. “*Un periódico que no hable de política al presente, es lo mismo que un fusil sin canon*”: imprensa periódica e a construção da identidade oriental (Província Cisplatina – 1821-1828). Dissertação de mestrado. UPF, Passo Fundo, 2014. pp. 127-177.

reveses” havia chegado ao fim, pois, “la Libertad proclamada por la heroica Nación Portuguesa nos pertenece hoy por derecho”.⁹

Um novo e potente argumento também surgiria: a Revolução do Porto. Desse modo, o movimento Vintista também foi alvo de diversas publicações e longos textos da imprensa cisplatina. Não obstante aos conflitos pelo reconhecimento da Constituição, as tensões reinóis e as conturbadas consequências em diversas províncias americanas, a Revolução do Porto era avaliada positivamente na região. O objetivo era realçar que as transformações que ocorriam em Portugal também aconteceriam na Cisplatina sob domínio luso. Portanto, buscava-se demonstrar a associação entre a Revolução do Porto, a pacificação da Banda Oriental, a criação da Cisplatina e a regeneração de todo o Império português. A unidade entre todas as partes do Império também era enfatizada ao destacar a Bacia do Rio da Prata como o último limite português. Fundamentos presentes, por exemplo, em trechos do panfleto, do início de 1822, intitulado *Cevadilha para os Carcundas Lusitanos no Estado Cis-Platino*:

Retumbou em 24 de Agosto de 1820 o grito da Liberdade nas margens do Douro, correu depois à foz do Tejo em 15 de Setembro, atravessou o imenso Oceano, e alçou o triunfante colo nas praias do Brasil em 26 de Fevereiro de 1821, de onde, lançado a vista para as *margens Orientais*, veio ver a fiel porção dos ilustres defensores da antiga Lusitânia, e alegrar seus corações consternados pela desunião.¹⁰

Diante da ameaça da revolução social de Artigas, as armas portuguesas em 1816 e a mudança política lusitana a partir de 1821 serviram como salvaguarda de interesses locais, confirmando um antigo desejo português de anexação. A dominação lusitana só pode ser oficializada a partir da nova conjuntura oferecida pelo Vintismo. Afinal, o movimento forneceu os principais argumentos em favor da existência da Cisplatina e da unidade do Império português. Dentre eles, o da adesão dos povos a novos corpos

⁹*Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevideu, nº2, 29 de dezembro de 1821.

¹⁰*Cevadilha para os Carcundas Lusitanos no Estado Cis-Platino*. Montevideu, 1822.

políticos a partir de seu livre consentimento. O resultado do Congresso Cisplatino seria, portanto, para deus defensores, fruto de interesses em comum e uma associação voluntária de seus membros. Como assinalado por José Carlos Chiaramonte, uma argumentação, advinda do contratualismo e do jus naturalismo, comum no Prata no contexto de superação do Antigo Regime e da criação dos novos Estado-Nação na região.¹¹

Contudo, o momento era de rápidas mudanças. Durante o período de reconhecimento da criação da Cisplatina, os seus questionamentos internacionais e a defesa da imprensa local, ganha força o projeto de um partido brasileiro. O processo de afastamento, cada vez mais irreversível, dos interesses americanos e reinóis nas Cortes de Lisboa causará distensões na Cisplatina. As primeiras manifestações se dão no comando dos Voluntários Reais com divergências internas sobre os rumos do exército e reclamações sobre as condições dos praças.

Motins militares e a revolta oriental

A partir das notícias dos movimentos liberais liderados por militares em Portugal e na Espanha, a população de Montevideu conviveu com motins dos Voluntários Reais, cada vez mais ativos politicamente. Um panfleto do início de 1822, intitulado *A peste militar en Montevideo*, relatava as movimentações castrenses. Utilizando da linguagem médica, o redator criticava a posição dos militares que apoiavam movimentos por ele considerados temerários: “que maiores estragos poderia determinar uma doença epidêmica, que os de atual ingerência de gente armada contra os destinos de um Povo, que só devia esperar dela a sua guarda?”. A contaminação havia alcançado a Cisplatina depois de causar estragos em outros locais: “os sintomas têm sido verificados nestes últimos tempos em diversas partes da Europa e da América em virtude de sucessos que representam os sinais de uma perturbação formidável e prolongada de que a revolução francesa se

¹¹ CHIARAMONTE, José Carlos. Fundamentos iusnaturalistas de los movimientos de independencia”. In: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani*. Tercera serie, n.º. 22, segundo semestre de 2000. pp. 33-71.

multiplicam simultaneamente”.¹² As queixas, além do atraso do soldo e das condições dos praças, eram as que mais preocupavam os opositores, já que acompanhavam a ampliação política dos militares, apoiadores da Revolução do Porto, como a criação de um Conselho Militar. As disputas internas entre os lusitanos foram aproveitadas pelo *Cabildo de Montevideu* que organizou um levante em busca da expulsão de Lecor.

Em consonância com os eventos no restante da América portuguesa e com as informações cada vez mais concretas sobre a Cortes de Lisboa que chegavam até a Cisplatina, em 31 de março ocorreu o primeiro motim dos Voluntários Reais. Uma série de fatores levaram os militares, liderados pelo Coronel Antônio Claudino Pimentel, a sair de seu acampamento nas cercanias de Montevideu e tomar a praça principal da cidade, entre eles estavam os 22 meses de soldo atrasado, pedidos de retorno para a Europa e o reconhecimento imediato da Constituição. Carlos Frederico Lecor, que havia alegado estar enfermo em um primeiro momento, apresentou-se e negociou a criação de um Conselho Militar, a exemplo de Bahia e Pernambuco, para tratar das demandas dos soldados. A *Gazeta de Buenos Aires*, que noticiou todo o evento com especial atenção, no dia 28 de março, argumentava também que um militar português foi enviado para Lisboa para tratar com as Cortes da situação dos praças na América e que entre os revoltosos havia quem deseja-se a extradição de Lecor.¹³

Nos meses seguintes, novos motins ocorreram. O primeiro deles aconteceu em 23 de julho, quando o 2º Regimento de Infantaria, estacionado no entorno de Montevideu, fora das muralhas, entrou na cidade e cobrou publicamente de Lecor os acordos não cumpridos sobre os pagamentos atrasados. Também reclamavam da má qualidade da carne disponível e da diminuição da quantidade de pão na ração que recebiam.¹⁴ Em busca de solução e com temor de perder o posto, Lecor negociava que os

¹² *A peste militar en Montevideo*. Montevideu, 1822.

¹³ *Gazeta de Buenos Aires*. Buenos Aires, nº48, 28 de março de 1821.

¹⁴ FREGA, Ana Novales. Proyectos políticos y faccionalismo militar. Ecos de la crisis de la Monarquía portuguesa en Montevideo, 1820-1824. In: *Revista Illes Imperis*, nº 17, Barcelona, 2015. p. 72.

ricos proprietários e comerciantes orientais, que lhe apoiavam empréstimo, para pagar os soldos. Em dezembro de 1821 e janeiro de 1822 novas reclamações e movimentações, seguindo o mesmo padrão anterior. A imprensa mais uma vez era uma importante ferramenta de combate. Os Voluntários Reais ligados aos motins publicavam proclamações oficiais e textos políticos, enquanto também eram replicados pelo grupo contrário. As publicações destacavam que os Voluntários Reais eram a divisão “honrada, aguerrida e nunca bem elogiada” e o “Conselho Militar incansável”¹⁵, e a Revolução do Porto “la gloriosa revolucion del 20 de marzo del año anterior”.¹⁶ Do lado contrário, os militares eram considerados “inimigos domésticos” e o Vintismo obra da “fatal revolução de dia vinte de março de 1821”.¹⁷

Aproveitando-se das divisões internas dos Voluntários Reais e das preocupações das lideranças lusitanas com os eventos de Lisboa, um grupo de integrantes do *Cabildo* de Montevidéu ligado a sociedade secreta dos “*Caballeros Orientales*” aproveitou a oportunidade para trabalhar pela independência.¹⁸ Em reuniões reservadas, os membros projetavam alternativas para se aproximar de Buenos Aires (com quem buscavam uma aliança), arregimentar o restante da população local e, através de órgãos políticos oficiais, influenciar as decisões do governo municipal ao seu favor.¹⁹ Com o intuito de contestar publicamente o domínio brasileiro e angariar adeptos ao seu projeto independentista, os “*Caballeros Orientales*” tiveram importante influência nas publicações de folhetos e jornais, alegando especialmente diferenças fundamentais frente ao dominador estrangeiro, afinal “El deseo la independencia es el único que anima á todo el vecindario de la provincia”. No entanto, o movimento não obteve o auxílio de Buenos Aires desejado e acabou fracassando antes de alguma ação concreta. Ainda assim, o

¹⁵ *Cevadilha para os Carcundas Lusitanos no Estado Cis-Platino*. Montevidéu, 1822.

¹⁶ *Continuación de las reflexiones del Oriental*. Montevidéu, 23 de dezembro de 1822.

¹⁷ *A peste militar en Montevideo*. Montevidéu, 1822.

¹⁸ THEVENIN DE, Martha Campos Garabelli. *La revolucion oriental de 1822-1823. Su genesis*. Tomo I. Montevideo: Junta departamental de Montevideo, 1978. pp. 405-449.

¹⁹ *La Aurora*. Montevidéu, nº1, 21 de dezembro de 1822.

grupo inaugurou uma nova fase de contestação política que ganharia ainda mais força criticando o Brasil.

Rumores de independência e dúvidas sobre o futuro

Inicialmente restritos ao interior das tropas militares, as discussões frente aos acontecimentos das Cortes de Lisboa e o futuro da América portuguesa paulatinamente ganhavam espaço na imprensa cisplatina. Nos primeiros meses de 1822, os debates das Cortes em Lisboa, suas repercussões no Rio de Janeiro e emergência da figura do Príncipe Regente D. Pedro e do partido brasileiro eram transformados na pauta principal das publicações. Em geral, a tônica dos panfletos e jornais era de que por sua dimensão territorial e capacidade econômica o Brasil não teria dificuldades para conquistar a independência. Contudo, para os redatores, os riscos seriam posteriores e deveriam ser muito bem avaliados antes de qualquer atitude considerada temerária. Os exemplos vinham do próprio continente americano, com a revolução do Haiti (e a guerra-civil na América espanhola desde 1810, quando iniciado o processo de independência).

Desde setembro de 1821 as Cortes de Lisboa adotaram uma série de medidas que buscavam esvaziar o poder da Regência na América, entre elas estavam a regulamentação das juntas provinciais estabelecendo suas atribuições e determinando a eleição dos membros do Governo civil, a instituição do posto de Governador de Armas, que seria nomeado diretamente pelas Cortes. Em 9 de dezembro do mesmo ano chegava ao Rio de Janeiro o decreto que solicitava o retorno do Príncipe Regente a Europa. Como se sabe, no mês seguinte, em 9 de janeiro de 1822, com o apoio das províncias de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, D. Pedro anunciava sua permanência. O dia do Fico, somado ao acirramento dos debates em Lisboa com a chegada dos representantes americanos, indicava que uma cisão era possível e, talvez, iminente.²⁰

²⁰ JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos

Tais notícias foram repercutidas em conjunto na Cisplatina. Nas edições de 26 de janeiro e 02 de fevereiro de 1822, os provocativos textos do jornal carioca *Despertador brasiliense*, que evocavam o discurso de uma tentativa de “recolonização” do Brasil pelas Cortes e a necessidade de unidade das províncias, foram publicados integralmente no *Pacífico Oriental de Montevideo*.²¹ Eram as primeiras informações, ainda que bastante parciais, publicizadas sobre a possibilidade de ruptura entre Portugal e a América portuguesa. O longo manifesto, traduzido para o espanhol, deu início a uma série de diagnósticos e prognósticos sobre o futuro do Brasil na imprensa cisplatina.

Entre as primeiras reflexões, incluídas na mesma edição que trazia informações do Rio de Janeiro, estava a total possibilidade do Brasil tornar-se independente e uma poderosa Nação: “El Brasil decimos, pues, que en el día no se contenta en disfrutar de libertad, sino que orgulloso quiere colocarse al lado de las naciones poderosas”. Afinal, têm “ventajosa situación, riqueza territorial y exquisitas producciones quiere cumplir con los altos destinos de la naturaleza, ¡lo conseguirá! Porque todo parece dispuesto en el curso inmutable de las cosas²²”. Desse modo, sobretudo, a partir da polarização mais clara na Cortes, não pareceriam difíceis os primeiros passos brasileiros rumo a independência.

Entretanto, os problemas se apresentariam posteriormente, já que “vencidas las primeras dificultades, y desenvuelta la ambicion comun á todo mortal, es que comienzan a sentirse los males”.²³ O primeiro seria os conflitos internos que dificultariam a posição independente do Brasil sem questionamentos internos, das próprias províncias. As mesmas

Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000. pp. 127-175.

²¹ Cabe lembrar que a “recolonização” é considerada aqui apenas como ferramenta retórica e não propriamente uma intenção das cortes, embora o neologismo fizesse parte dos debates. Ver: BERBEL, Márcia Regina. A retórica da recolonização. In: JÁNCOSO, István (org.). *Independência: História e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. pp. 791-808.

²² *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevideo, nº07, 02 de fevereiro de 1822.

²³ *Pacífico Oriental de Montevideo*. Montevideo, nº10, 23 de fevereiro de 1822.

dimensões territoriais que ofereciam ao Brasil a chance de torna-se uma nação forte, também seriam um empecilho caso mal administradas as suas demandas. Não obstante do reconhecimento como portugueses e posteriormente brasileiros, como salientam Jancsó e Pimenta, não existia uma unidade ou identidade única entre os representantes das províncias americanas nas Cortes de Lisboa, a representatividade era regional, assim como os interesses e o grau de identificação de cada grupo.²⁴ Elemento realçado no *Pacífico Oriental*: “pero quien afirmará tampoco que todo el conjunto de las que son necesarias existen en el corazón de todos los portugueses americanos! ¿Son todas sus partes homogéneas para formar ese grande todo?” O questionamento foi complementado por uma forte advertência: “No deben temer los portugueses las decantadas ideas de independencia que se alegan, sino la ausencia de un centro comun que dé movimiento, y vida á tan basta como complicada máquina”.²⁵

Por suas dimensões, os riscos eram continentais, portanto, esperava-se que o Brasil mantivesse a paz: “No es el interés de una provincia ni de un reino el que [En Brasil] se obre con circunspeccion, es de grande parte del continente americano”.²⁶ A expectativa era de que consumada a independência e contornados os problemas de organização provincial todo o continente se tornaria mais seguro: “Feliz la América toda se el Brasil se constituye sin efusión de sangre, entonces este continente seria el asilo de la libertad”.²⁷ Para tanto, a América oferecia exemplos. O primeiro deles era dos convulsionados anos de conflitos independentistas na América espanhola: “sin esta convulsión general que habíamos visto reproducirse los mismo horrores que por más de doce años afligen a la América española”.²⁸ De acordo com João Paulo Pimenta, desde 1808 a América hispânica ofereceu uma série de ensinamentos as autoridades portuguesas e luso-americanas, atentas aos eventos

²⁴ JANCÓS, István e PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico...*Op.Cit.* pp. 127-175.

²⁵ *Pacífico Oriental de Montevidéo*. Montevidéo, nº09, 16 de fevereiro de 1822.

²⁶ *Pacífico Oriental de Montevidéo*. Montevidéo, nº10, 23 de fevereiro de 1822.

²⁷ *Pacífico Oriental de Montevidéo*. Montevidéo, nº07, 02 de fevereiro de 1822.

²⁸ Idem.

vizinhos, ajudando a moldar uma maneira de como agir diante de processo de independência, fornecendo, assim, importante experiência para agir com os eventos semelhantes no Brasil, alcançando resultados diferentes.²⁹ Na Cisplatina, a tentativa era de distanciar-se do passado convulsionado e se filiar, ao menos discursivamente, aos eventos brasileiros que ofereciam uma possibilidade de pacificação.

A segunda lição era da independência do Haiti, que de acordo com o redator, por sua violência havia assustado todo o mundo: “No es de temer que se repitan las catástrofes de Santo Domingo, en donde el más ciego furor de venganza, ejecutó acciones que aún se estremecen la humanidad”³⁰. A revolução dos escravos foi reverberada em todo o mundo atlântico, ora como exemplo de liberdade e autodeterminação dos povos, ora como temor frente a uma massacre da população branca escravocrata.³¹ O segundo aspecto se sobressaiu na imprensa cisplatina, que seguidamente relatava o crescimento da população escrava na região desde o início da dominação lusitana: “puertas de algunas casas y almacenes de esta ciudad bastante número de aquellos desgraciados, en calidad de fardos de venta”³², “los negros porque la experiencia acredita constantemente sus incitaciones, y por eso es que tememos males para El Brasil”³³.

Por fim, era enfatizado que a preocupação era legítima, pois qualquer resultado afetaria diretamente a Cisplatina, parte integrante da América portuguesa: “Esta odiosa cuestión, la callaríamos, y creeríamos innecesaria su discusión si no tuviésemos que participar de sus buenos ó malos resultados”³⁴. Assim, com a possibilidade da independência cada vez mais real, as dúvidas não

²⁹ PIMENTA, João Paulo. *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*. Tese de Doutorado – USP, São Paulo, 2003. pp. 301-319 (*passim*)

³⁰ *Pacífico Oriental de Montevideú*. Montevideú, nº07, 02 de fevereiro de 1822.

³¹ GOMEZ, Alejandro. *Le syndrome de Saint-Domingue. Perceptions et eprésentations de la Revolution haitienne dans le Monde atlantique, 1790-1886*. Thèse de doctorate en Histoire. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), 2010. Français. pp. 316-362.

³² *El Patriota*. Montevideú, nº05, 13 de setembro de 1822.

³³ *Pacífico Oriental de Montevideú*. Montevideú, nº11, 02 de março de 1822.

³⁴ *Pacífico Oriental de Montevideú*. Montevideú, nº10, 23 de fevereiro de 1822.

eram exclusivas sobre as relações brasileiras e portuguesas ou como seria conduzido o processo de cisão, a população questionava como seria afetada diretamente por esse processo e qual seria o futuro de uma região pautada pela incerteza desde 1808.

A independência do Brasil e os conflitos na província Cisplatina

Em setembro de 1822, D. Pedro declarava a independência do Brasil. A notícia chegou no Rio da Prata no mês seguinte. O clima na Cisplatina e, especialmente, em montevidéu era beligerante. Tornavam-se cada vez mais difundidas as críticas ao governo local de Carlos Frederico Lecor, com seguidas reclamações de perseguições na região da campanha, favorecimentos econômicos e políticos de aliados do militar e a distribuição de terras e favores a brasileiros, especialmente os proprietários de terra sul-rio-grandenses.³⁵ A imprensa de oposição surgia e inundava as ruas da cidade de interrogações sobre a validade do domínio brasileiro na região. As tensões tornaram-se conflitos armados no momento em que Lecor abandonava a cidade, cindindo as tropas entre aqueles que juraram fidelidade ao novo Imperador e os Voluntários Reais, fiéis a D. João VI.

A edição extraordinária do *Correio do Rio de Janeiro* de 21 de setembro de 1822 foi publicada na íntegra em Montevidéu no dia 11 de outubro. Entre o conteúdo, lido em português, que a população teve acesso, juntamente com a notícia da independência, estavam um decreto de José Bonifácio Andrada e Silva e frases como “Cidadãos! Soltai o grito festivo... *Viva o imperador constitucional do Brasil* o SENHOR DOM PEDRO PRIMEIRO”. A nota do editor montevideano passava longe da exaltação: “ainda haverá quem diga, e se sirva de sofismas (à vistas desses

³⁵ ALONSO, Rosa. Et Al. *La oligarquía oriental...Op. Cit.* pp. 163-168. A distribuição de terras ao norte da região do Rio Negro e a permissão para retirada de gado da província Cisplatina foi fundamental para cooptar parte significativa dos sul-rio-grandenses ao projeto independentista. Ver: MIRANDA, Marcia Eckert. *A estalagem e o Império. Crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Hucitec, 2009. pp. 186-191.

documentos) para mostrar que a Independência do Brasil não está proclamada por Sua Alteza Real?”. Ainda complementava dando ênfase a ruptura iminente entre Lecor e as tropas que permaneceram fiéis a Portugal: “E haverá ainda quem não louve o honrado comportamento da Divisão dos Voluntários Reais de El Rei, e crimine o do seu General o Senhor Barão de Laguna ex-comandante dela?”³⁶

Neste contexto, uma nova e ativa imprensa se fazia presente nas ruas de Montevideú. A independência do Brasil também dividiu a classe dirigente da cidade, que em 1817 havia se aliado a Portugal. Cada grupo dava voz aos seus projetos por meio de panfletos e jornais. O primeiro grupo era composto pelos descontentes com a causa brasileira. Declaravam-se apoiadores dos Voluntários Reais, fiéis ao Congresso Cisplatino e com a sua eventual anulação parte importante de seus integrantes apontava para uma aliança com Buenos Aires. O segundo grupo aderiu ao projeto do partido brasileiro e conclamava pelo reconhecimento da independência.

O primeiro grupo argumentava contra o Congresso Cisplatino e dedicou inúmeras páginas retratando o que considerava as opressões e despotismos do domínio brasileiro, especialmente de seu representante na Cisplatina. Em um desses textos, por exemplo, era destacada a frequente transferência de cabeças de gado para a província de São Pedro do Rio Grande do Sul: “la Banda Oriental no es ya aquel emporio de riquezas que tanto exitaba su ambicion, sino un campo yermo y desolado”, já que sua principal riqueza: “los ganados que eran sus mas opimos frutos, han pasado como por encantamiento a poblar las regiones del Brasil”. Conhecendo seus vizinhos de fronteira, tratava-se de algo esperado: “no asombrará á los que antes hayan visitado nuestros campos y á los que conozcan la rapacidad de los continentales”.³⁷

Acerca do Congresso Cisplatino, eram frequentes as críticas a seu respeito. Embora variassem os tons e a mordacidade,

³⁶ *Correio extraordinário do Rio de Janeiro, Sábado 21 de setembro de 1822*. Montevideú, 11 de outubro de 1822.

³⁷ *El Pampero*. Montevideú, nº02, 25 de dezembro de 1822.

as alegações eram sempre as mesmas: a ilegalidade na maneira que foi organizado o Congresso em 1821 “que jamás debió tener lugar su instalación con tales ilegitimidades”; Que foi um acordo estabelecido com o Império português e não com o Brasil, já que “La Banda Oriental se incorporo pues al todo, y no á alguna de las partes. Por la declaracion de la independência del Brasil, se há desecho aquel todo”; a necessidade da população ser consultada sobre a sua vontade de estar ligada ao Brasil, desse modo “no puede el Gobierno de Brasil fundar un derecho para que este Estado le pertenezca en propiedad sin consultar los votos de los pueblos”. Em resumo, os textos afirmavam que a Cisplatina, assim como o Brasil tinha direito de escolher o seu futuro: “Se el Brasil tiene para separarse, deberá tambien este Estado Cis-platino gozarlos para disponer de si y unirse por su voluntad libre, bien a Portugal y Algavers, bien al mismo Brasil, bien a nenguno dellos”.³⁸

Uma possível aproximação com Buenos Aires também fazia parte das pretensões de uma parcela do grupo contrário ao Brasil. O Congresso Cisplatino igualmente era utilizado para respaldar suas posições. Para o grupo, anteriormente, quando estabelecido o acordo político com Portugal, Buenos Aires passava por um momento de instabilidade tornando imprudente uma aproximação. O que não ocorreria no novo contexto, sob o governo de Bernardino Rivadavia (1780-1845): “Han variado las circunstancias que motivaban la incorporación, Buenos Aires no está en guerras civiles: le rige una administración sabia e admirable”.³⁹ Portanto, a liderança portenha ofereceria, com a união, o desenvolvimento e a ilustração, como destacado no periódico *El Patriota*, em 23 de agosto de 1822: “Administracion de justicia, universidad, academias, sociedades, periódicos ilustrados, decencia política, el fuego de la libertad circulando entre todas las clases, tal es el estado actual de Buenos Aires, tal es su marcha de gobierno”.⁴⁰ Embora a posição crescente em número de adeptos e ganhasse força também em Buenos Aires, neste

³⁸*El hombre sin partido o resolución de la primera cuestión del conciliador*. Montevideú, 23 de novembro de 1822.

³⁹ Idem.

⁴⁰ *El Patriota*. Montevideú, nº 02, 23 de agosto de 1822.

contexto um auxílio portenho aos orientais não passava (ainda) de um desejo.

O segundo grupo, em menor número, pregava a necessidade e legalidade da permanência da ocupação sob a liderança brasileira. Os argumentos eram apresentados com a fachada da imparcialidade, alegando que estar ligado ao Brasil era o resultado lógico e justo frente a situação política da Banda Oriental desde 1810. Entre os argumentos, como no panfleto anônimo do *más aficionado de los brujos*, da “causa del Brasil con la nuestra”, era novamente pacificar a região, sem prejudicar a economia: “¿Hemos de mirar con indiferencia á el hacendado? ¿Ha de sacrificarse á el comerciante?”⁴¹ Já o *Observador imparcial* lembrava que o desejo dos Voluntários Reais era retornar para Portugal, assim, “la lucha actual tiende à la perdida de la división de Voluntarios reales, cualquiera que sea el partido vencedor”, expondo a população aos riscos de uma nova investida de Artigas e “el justo temor de la anarquía”. Quanto a Buenos Aires, o redator lembrava que o governo portenho nunca teve constrangimento em atacar quando contrariado, “¿no recordarán las otras Provincias que es estuvieran bajo el yugo de ésta, y de ella recibían la ley?”. Os vizinhos portenhos também eram lembrados nos aspectos governativos, questionando se a Cisplatina gostaria de “¿experimentar ella mismo efectos de su [Buenos Aires] mala administración?”⁴²

Paralelamente a guerra de penas e literária desenvolvida, especialmente, em Montevideú, confrontos armados se desenhavam na Cisplatina. Em março de 1822, o ministro José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) em correspondência para Lecor, manifestava sua preocupação com as tropas portuguesas e a necessidade de seu envio de volta a Portugal para o sucesso do projeto independentista. De acordo com Andrada e Silva, era indispensável “dissolver semelhante tropa pestiferada do espirito da desordem e anarquia”. Para tanto, o comandante da Cisplatina deveria “embarcar o resto dos Voluntários Reais em

⁴¹ *El más aficionado de los brujos a el más amado de los duendes*. Montevideú, sem data.

⁴² *Observador imparcial*. Montevideú, sem data.

direitura para Europa”, além de “incorporar outros de bons sentimentos e lealdade, aos corpos militares do Brasil residentes nessa província”.⁴³ A dissolução dos Voluntários Reais deu-se por decreto de D. Pedro no em 20 de julho do mesmo ano.⁴⁴

Ficava cada vez mais evidente a posição favorável de Lecor ao partido brasileiro. O *Pacífico Oriental de Montevideu* em 27 de julho de 1822 publicou uma carta que informava que Lucas Obes, braço direito de Lecor, nomeado representante da Cisplatina nas Cortes de Lisboa havia permanecido no Rio de Janeiro articulando a ligação entre as lideranças da Cisplatina com D. Pedro.⁴⁵ Em 11 de setembro, em uma revista das tropas nas cercanias de Montevideu, Lecor, seguido de aliados civis e militares, abandonou a cidade e se estabeleceu brevemente em Canelones. Em 12 de outubro, dia da coroação do Imperador, Lecor, já instalado na Vila de San José, declara fidelidade a D. Pedro, conforme havia notificado anteriormente o Rio de Janeiro que faria. O discurso do militar português, também enviado por carta para José Bonifácio, foi publicado na edição de 14 de novembro da *Gazeta do Rio de Janeiro*: “não podemos eu e o exército que se acha a minhas ordens, ouvir tão importante notícia sem que nos sentíssemos afeiçoados a participar das glórias e tomar parte”.⁴⁶ Instalado na Vila, Lecor trabalhou pelo reconhecimento da independência pelas demais cidades e povoados da Cisplatina. Fato ocorrido ao longo das semanas e meses seguintes.⁴⁷ Em dezembro, em correspondência ao Rio de Janeiro, Lecor anunciou: “a Sagrada Causa do Brasil estou pronto a derramar até a última gota do meu Sangue”.⁴⁸

⁴³ Ofício do Ministro de Negócios Estrangeiros do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva ao Barão de Laguna. Rio de Janeiro, 02 de março de 1822. Biblioteca Pablo Blanco Acevedo, Montevideu.

⁴⁴ FERREIRA, Fábio. *O general Lecor... Op. Cit.* p. 152.

⁴⁵ *Pacífico Oriental de Montevideu*. Montevideu, nº26, 27 de junho de 1822.

⁴⁶ *Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 137, 14 de novembro de 1822.

⁴⁷ Atas da proclamação de D. Pedro I como Imperador pelos povos da província Cisplatina setembro até novembro de 1822. Lata 242. Maço 03. Pasta 09. Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁴⁸ Correspondência de Carlos Frederico Lecor. Caixa 977, pacote 21, documento 03. Arquivo Nacional do Brasil.

Em Montevidéu, conformava-se uma heterogênea aliança, composta por soldados portugueses, desejosos de retornar para a Europa, que recebiam o apoio de políticos montevidéanos divididos entre aqueles que almejavam uma independência por completo e os que buscavam uma aliança com Buenos Aires. Em comum, o rechaço frente a dominação brasileira. Um novo *Cabildo* era organizado para administrar a resistência na cidade, o militar português Álvaro da Costa cedeu ao novo governo montevidéano armamentos, que foram utilizados para compor um batalhão cívico, e transferiu o comando sobre o Batalhão de Libertos para a autoridade da cidade.⁴⁹ Na região da campanha, lideranças locais eram acionadas com o intuito de tomar povoados e vilas, bloquear a comunicação terrestre com São Pedro do Rio Grande do Sul e distribuir panfletos contra o Império do Brasil.⁵⁰

Os meses seguintes foram de embates militares. Em 23 de janeiro, Montevidéu era sitiada pelas tropas do Império do Brasil. Dentro das muralhas era organizada a resistência pelos Voluntários Reais e o *Cabildo* da cidade. Sem forças e sem o recebimento de mais efetivos solicitados para empreender um bloqueio sistemático por água e terra, as tropas brasileiras buscavam sufocar financeiramente Montevidéu.⁵¹ Os portos de Colônia do Sacramento e Maldonado, sob controle brasileiro, concediam taxas reduzidas para quem transferisse suas operações para alguma das duas cidades e Lecor oferecia gordos pagamentos para quem roubasse gados e cavalos dos inimigos. Ambos os lados prometiam vantagens financeiras e promoções para aqueles que desertassem, fato frequente ao longo do conflito. Eram regulares os confrontos entre os destacamentos, resultando em mortes, feridos e prisões relatadas com frequência pelas autoridades militares portuguesas e

⁴⁹ FERREIRA, Fábio. *O general Lecor... Op. Cit.*. p. 195.

⁵⁰ Correspondência Do Brigadeiro graduado Manoel Marques de Souza ao governo de Rio Grande de São Pedro. In: *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, nº 07, setembro de 1922. p. 335.

⁵¹ Carlos Frederico Lecor reclamava ao Rio de Janeiro com assiduidade sobre a inércia do governo de São Pedro do Rio Grande do Sul em relação ao seus pedidos de reforço militar. Ver: Correspondência de Carlos Frederico Lecor. Caixa 977, pacotes 20 até 22. Arquivo Nacional do Brasil.

brasileiras.⁵² Em 11 de outubro de 1823 as embarcações brasileiras conseguem o bloqueio total de Montevideú. Os Voluntários Reais demonstravam o desgaste e acenavam com a possibilidade de negociação. No dia 30 do mesmo mês era declarado o fim das hostilidades. Com o final do conflito, em 28 de fevereiro de 1824 as tropas portuguesas embarcaram rumo a Europa. No dia 02 de março, Carlos Frederico Lecor e os soldados do Império do Brasil entravam em Montevideú. A primeira atitude do plenipotenciário foi a perseguição aos grupos e indivíduos que se declaravam contrários ao Brasil, com prisões e migrações forçadas, especialmente para Buenos Aires e outras províncias platinas.⁵³ Os povoados, cidades e vilas da Cisplatina em sequência enviavam suas proclamações e exaltações a D. Pedro.⁵⁴ Em seguida, a autoridade máxima da Cisplatina, oficialmente, reconheceu a independência do Brasil, proclamando e jurando fidelidade ao “Emperador constitucional del Brasil” em 06 de maio de 1824. A última província brasileira a fazê-lo.⁵⁵

A província Cisplatina, viveu intensamente a crise dos dois impérios ultramarinos ibéricos. Diante disso, foram variados os projetos políticos e as alternativas de futuro que envolviam a região. Em um primeiro momento, a aliança com Portugal foi entendida por grande parte da classe dirigente de Montevideú como uma maneira de barrar os avanços sociais de Artigas e acabar com os conflitos armados em toda a região. No entanto, os eventos políticos de Portugal alteraram a dinâmica dessas relações, primeiro positivamente com a resolução de um antigo anseio comum, a elite montevideana e a Coroa bragantina ansiavam pela oficialização da invasão militar. Posteriormente, a independência do Brasil, no seio desses movimentos, foi vista como uma nova perturbação e os favorecimentos aos brasileiro uma ameaça ao projeto mercantil

⁵² Correspondência de Carlos Frederico Lecor. Caixa 977, pacote 24, documentos 06 e 08. Arquivo Nacional do Brasil.

⁵³ FERREIRA, Fábio. *O general Lecor... Op. Cit.* p. 223.

⁵⁴ Atas da proclamação de D. Pedro I como Imperador, pelos povos da província Cisplatina, 1823. Lata 242. Maço 04. Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁵⁵ Idem.

local. O Brasil passou a ser representado como uma ameaça ao continente, visto que oferecia riscos de guerra civil e de revoltas de escravos. Por outro lado, Buenos Aires, antes descartada, passou a representar a possibilidade da população livrar-se do domínio do Brasil. Todos esses projetos resultaram em tensões, aproximações e negociações que tornadas irreversíveis culminariam no ano seguinte do reconhecimento da independência na região no primeiro conflito armado internacional da história do Brasil, a Guerra da Cisplatina (1825-1828).

Durante muito tempo a Cisplatina não fez parte da narrativas hegemônicas sobre a independência do Brasil, especialmente por não fazer parte dos atuais limites territoriais do país e sua dificuldade de inserção na narrativa tradicional de exceção pacífica brasileira frente a América espanhola. Este trabalho buscou pontar de maneira preliminar todas as fases desse processo e as principais linhas narrativas que envolvem a região. No entanto, muitos elementos ainda estão por ser estudados com profundidade, a exemplo das relações dos militares lusitanos na província com as demais regiões da América portuguesa e seus conflitos, a história da classe dirigente e mercantil de Montevideu e suas articulações com o Brasil. Em suma, a inclusão da província Cisplatina de forma sistemática na historiografia brasileira (e também uruguaia) ainda têm muitas lacunas para serem preenchidas.